

INVESTIGAÇÃO

# TCU e BC frente a frente

Os presidentes do Banco Central e do Tribunal de Contas da União se reúnem nesta segunda-feira para alinhar a fiscalização do órgão com a autonomia da autoridade monetária após controvérsia sobre a liquidação do Banco Master

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em meio a ruídos sobre a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) na decisão do Banco Central de liquidar o Banco Master, o presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, se reúne hoje, às 14h, com o ministro Vital do Rêgo, presidente do Tribunal de Contas da União. A reunião contará com a presença de quatro diretores do BC: Ailton de Aquino (Fiscalização), Gilneu Vivan (Regulação), Izabela Correa (Cidadania e Supervisão de Conduta) e Rogério Lucca (secretário-executivo). De acordo com a agenda institucional do presidente do BC, o objetivo do encontro com Vital do Rêgo será tratar de “assuntos institucionais”.

Na avaliação do presidente do TCU, Vital do Rêgo, a expectativa da reunião da tarde de hoje será de “alinhar” as prerrogativas de fiscalização do tribunal de contas com a autonomia operacional do BC, garantida por lei. “Vou estar com Galípolo para criar um modelo em que a nossa prerrogativa de fiscalização esteja sendo cumprida, e a autonomia do banco esteja preservada, porque tem autonomia sobre todo o mercado financeiro”, explicou o ministro.

A reunião entre Galípolo, diretores do BC e Vital do Rêgo vai ocorrer dias após o ministro Jhonatan de Jesus, do TCU, recuar de uma inspeção presencial no BC para apurar a conduta da autoridade monetária para liquidar extrajudicialmente o Banco Master.

A decisão do ministro Jhonatan

Ed Alves CB/DA Press



**Galípolo e mais quatro diretores do BC participarão da reunião no TCU: previsão é de que a fiscalização seja concluída logo**

de Jesus ocorreu após pressões da opinião pública e do mercado, que temia interferência do órgão de controle no Banco Central. A hipótese de uma apuração do TCU no BC, argumentam analistas de mercado, vai de encontro à independência operacional da autoridade monetária.

Com a mudança de planos estabelecida pelo ministro do TCU, a apuração do órgão sobre a conduta do BC para liquidar o Banco Master será levada à votação em plenário do tribunal. O próprio ministro Jhonatan citou as pressões da opinião pública para justificar o assunto

em plenário do TCU. Segundo ele, em despacho publicado na semana passada, “a dimensão pública assumida pelo caso, com contornos desproporcionais para providência instrutória corriqueira nesta Corte, recomenda que a controvérsia seja submetida ao crivo do plenário”.

Embora a primeira sessão deste ano seja prevista apenas para 21 de janeiro, o tema foi comentado, na semana passada, pelo ministro Vital do Rêgo, presidente do Tribunal de Contas da União.

Segundo ele, é falsa a hipótese de a Corte reverter a liquidação

extrajudicial do Banco Master determinada pelo Banco Central. Vital do Rêgo ainda previu que o processo de fiscalização conduzido pelo ministro Jhonatan de Jesus será concluído rapidamente.

Para o presidente do TCU, a autoridade monetária agiu corretamente em sua função reguladora (do sistema financeiro), e que caberá ao TCU apenas entender os “atos motivacionais” e a legalidade do procedimento.

“O TCU tem competência para fiscalizar todos os entes da administração direta, indireta e autárquica. Então, nós somos fiscalizadores de segunda ordem. O TCU não entra nessa discussão do liquidante, mas entra na discussão da legalidade do processo. E não cabe ao TCU fazer uma reversão na liquidação”, afirmou.

## Liquidação

Ocorrida em novembro do ano passado, a liquidação do Banco Master ocorreu sob a justificativa de que a instituição enfrentava uma “grave crise de liquidez”. Na avaliação do BC à época, o Master não tinha mais dinheiro em caixa ou ativos de fácil conversão para honrar seus compromissos imediatos.

A liquidação do Master também ocorreu simultaneamente ao fato de a Polícia Federal apontar que o banco protagonizava fraudes no sistema financeiro. O dono do Master, Daniel Vorcara, chegou a ser preso no fim do ano passado. Ele foi liberado, com uso de tornozeleira eletrônica.

## ESTATAIS

# Mudança de rota nos Correios

» RAPHAEL PATI

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), mais conhecida apenas como Correios, vive uma de suas piores crises desde quando foi transformada em estatal em 1969, depois de mais de três séculos de atuação no país como serviço postal da colônia, do império e, posteriormente, da República. Desde 2022, os Correios acumulam uma série de 12 trimestres consecutivos com prejuízos, sendo que nos seis primeiros meses do ano passado, a estatal teve um déficit de R\$ 4,36 bilhões.

Para conter a crise financeira, a empresa anunciou em dezembro de 2025 um plano de reestruturação dividido em três etapas, sendo que o primeiro deve durar três meses, com previsão de conclusão para março. Nessa fase inicial, os Correios devem buscar a captação de R\$ 12 bilhões em empréstimos com grandes bancos, sendo R\$ 9 bilhões por meio de Caixa Econômica Federal, Bradesco e Banco do Brasil, e outros R\$ 3 bilhões pelo Santander e Itaú Unibanco.

Além da captação de recursos, que terá como avalista o Tesouro Nacional, a fase 1 do plano de reestruturação envolve a criação de grupo de trabalho com o objetivo de recuperar a qualidade da operação e a credibilidade para os clientes e fornecedores. Já a segunda etapa do processo deve durar dois anos (2026 e 2027) e prevê uma redução de até R\$ 7,4 bilhões nos gastos anuais. O principal item dessa etapa é o desligamento de 15 mil funcionários até o fim de 2027, que deve gerar um impacto de R\$ 2,1 bilhões por ano. A empresa prepara um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para levar à frente a ideia.

A segunda fase também conta com revisões de cargos de média e alta remuneração e de planos de Saúde e Previdência. Outra medida que deve gerar um ganho de R\$ 1,5 bilhão para a empresa somente este ano é a alienação de imóveis subutilizados. O programa também

prevê um redesenho na rede atual de operações da empresa, com o fechamento de cerca de 1 mil das 5 mil unidades dos Correios no país, o que deve gerar uma economia de R\$ 2,1 bilhões anuais, de acordo com a empresa. Apesar disso, a estatal afirma que a universalização do serviço não será prejudicada.

Já a última etapa do plano consiste em um caminho de longo prazo para alcançar a sustentabilidade, por meio da contratação de uma consultoria externa para avaliar novos modelos societários. Apesar de descartar uma privatização, os Correios admitem que estudam parceria com o setor privado, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos, com a United States Postal Service (USPS), que tem um modelo híbrido e também passa por dificuldades financeiras, a exemplo da empresa brasileira.

Na entrevista coletiva concedida em 29 de dezembro, quando o plano foi anunciado, o presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, disse que se nada fosse feito para conter a crise, o resultado negativo poderia chegar a R\$ 26 bilhões em 2026. Mesmo com o plano em ação, as estimativas publicadas pela própria empresa indicam que este ano deve apresentar uma “leve piora” na comparação com 2025, e que o lucro só retorne a partir de 2027.

“Este plano vai além da recuperação financeira. Ele reafirma os Correios como um ativo estratégico do Estado brasileiro, essencial para integrar o território nacional, garantir acesso igualitário a serviços logísticos e assegurar eficiência operacional em cada região do país, especialmente onde ninguém mais chega. Vamos remodelar uma instituição centenária para que continue a cumprir sua missão pública em um novo mundo”, disse Rondon, durante a coletiva.

## Alternativas

Na avaliação do advogado trabalhista José Eduardo Pastore, o modelo de negócio dos Correios

Minervino Junior/CB/D.A. Press.



**Os Correios devem buscar a captação de R\$ 12 bilhões em empréstimos com grandes bancos**

está totalmente defasado diante das transformações tecnológicas e mercadológicas das últimas décadas. “A expansão do comércio eletrônico e o avanço de tecnologias de vendas diretas mudaram radicalmente o setor de logística”, destaca ele, que lembra do avanço das empresas privadas e transportadoras especializadas que se adaptaram rapidamente ao mercado brasileiro, com investimentos em automação, rastreamento em tempo real, inteligência artificial e integração com plataformas digitais.

“No entanto, os Correios não identificaram essas mudanças a tempo. A falta de modernização de sua gestão e operações resultou em um serviço ineficiente, caro e cada vez menos competitivo. A ausência de visão estratégica e o atraso no investimento em tecnologia comprometeram a capacidade da empresa de se reposicionar frente aos seus concorrentes”, acrescenta o advogado.

Diante desses problemas estruturais, Pastore acredita que a única solução viável para manter a empresa atuante nos próximos anos seria a privatização, como se tentou durante a gestão do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, mas foi descartado na época e retirado do programa de desestatização do



governo federal já sob a gestão do atual titular da Fazenda, Fernando Haddad. “Sem a privatização urgente e uma reformulação completa do modelo de negócios, os Correios

continuarão a ser um peso para a sociedade. Se nenhuma ação contundente for tomada, em breve a situação sairá do controle, gerando um impacto ainda mais grave para os trabalhadores, para a economia e, no fim, para o país como um todo”, comenta, ainda, o advogado.

Já o professor de Economia do Ibmec Brasília Renan Silva, considera que o plano de reestruturação é uma tentativa “ambiciosa e arrojada” de equilibrar as contas da estatal, que enfrenta um déficit anual superior a R\$ 4 bilhões. “A experiência de outras estatais brasileiras, como a Eletrobras, mostra que planos de reestruturação podem ser bem-sucedidos quando conduzidos por uma gestão técnica e livre de interferências políticas”, recorda o especialista.

No caso dos Correios, Silva acredita que será necessário uma execução rigorosa do plano para evitar que ele se torne apenas um ‘palativo’. “O setor de logística no Brasil é altamente competitivo, com empresas privadas como as ‘logtechs’: Mercado Livre, Amazon e transportadoras locais oferecendo serviços mais ágeis e eficientes. Para que o plano funcione, os Correios precisarão investir em tecnologia e inovação, além de melhorar a experiência do cliente”, emenda.

## Demissões

Um dos pontos centrais do programa dos Correios para conter a crise é a demissão voluntária de 15 mil funcionários, que pode liberar mais de R\$ 2 bilhões anuais para a empresa. Apesar de ser considerado um movimento importante para sanar as dívidas, a advogada especialista em direito trabalhista Elisa Alonso avalia que é necessário ter cautela. “É inegável que as despesas trabalhistas representam parcela significativa dos custos dos Correios e que a rigidez dessa estrutura dificulta ajustes rápidos diante das mudanças de mercado. Ainda assim, a redução de pessoal não pode ser adotada como solução isolada, nem implementada de forma abrupta”, analisa.

“Do ponto de vista jurídico, dispensas em larga escala exigem negociação prévia com as entidades sindicais de Programas de Demissão Voluntária, quando bem estruturados, com adesão livre, incentivos adequados e transparência, tendem a reduzir conflitos, mitigar impactos sociais e conferir maior segurança jurídica à empresa”, diz a advogada, que acredita que a eficácia dessa medida ainda vai depender de ser inserida em uma estratégia mais ampla de reorganização e modernização da empresa.

Como explica Marco Antônio Allegro, advogado especializado em direito empresarial, o trabalhador dispensado em um programa de demissão voluntária como o adotado pelos Correios deve ter seus direitos assegurados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na Constituição Federal e na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Entre os direitos básicos adquiridos, esse aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, saldo de salário, férias vencidas e proporcionais, 13º salário, depósitos do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) e multa de 40%.

“O descumprimento dessas obrigações sujeita os Correios à jurisdição da Justiça do Trabalho, com risco de condenações, juros, correção monetária, multas administrativas e eventual reconhecimento de dano moral individual ou coletivo, ampliando significativamente o passivo trabalhista da empresa”, explica Allegro.